

Boletim

2026

Outubro de
2026

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

Resultados 2026 (2º trimestre)

Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria do Tesouro Nacional

Daniel Cardoso Leal

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

David Rebelo Athayde

Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

Luiz Fernando Alves

Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenação de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenação de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Ana Cristina de Lima e Secchi

Guilherme Ceccato

Kalina Ramos Porto

Karla de Lima Rocha

Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional**Arte**

Hugo Pullen

Informações

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

1. Resultado do 2º Trimestre de 2026	4
1.1. Receita do Governo Geral.....	7
1.2. Despesa do Governo Geral	10
2. Notas Metodológicas	17

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2º Trimestre de 2026	4
Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2025 e 2026.....	5
Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2026	5
Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2026.....	8
Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2025 e 2026	9
Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2026	12
Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2025 e 2026	13
 Gráfico 1. Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2025 e 2026	6
Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2025 e 2026	6
Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2025 e 2026	9
Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2025 e 2026	10
Gráfico 5. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2025 e 2026.....	13
Gráfico 6. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2025 e 2026	14
Gráfico 7. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2025 e 2026	14
Gráfico 8. Evolução do investimento em ativos não financeiros do Governo Geral - Brasil – 2025 e 2026.....	15
Gráfico 9. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2025 e 2026.....	15
Gráfico 10. Composição do investimento líquido em ativos não financeiros do Governo Geral - Brasil - 2025 e 2026	16
Gráfico 11. Composição da formação bruta em ativos fixos - Brasil - 2025 e 2026	16

1. Resultado do 2º Trimestre de 2026

No 2º trimestre de 2026, a necessidade líquida de financiamento do governo geral alcançou 9,21% do PIB, ante 8,81% do PIB no mesmo período do ano anterior. Essa variação se deve ao crescimento nominal de 12,41% da receita e de 12,33% da despesa do governo geral em relação ao mesmo período de 2025.

Na ótica por esfera de governo, a necessidade de financiamento do governo geral (9,21% do PIB) decorre de uma necessidade de financiamento de 9,67% do PIB do governo central, de 0,56% do PIB dos governos estaduais e de uma capacidade de financiamento de 1,02% do PIB dos governos municipais.

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 2º Trimestre de 2026

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	936.191	0	0	936.191	447.482	397.084	-404.422	1.376.335
d/q 1411. Juros	109.779	0	0	109.779	7.413	13.433	-24.660	105.964
2M. Despesa (2+31)	1.267.612	0	0	1.267.612	466.702	362.091	-404.422	1.691.983
2. Gasto	1.267.783	0	0	1.267.783	455.291	355.146	-404.422	1.673.798
d/q 23. Consumo de capital fixo	8.709	0	0	8.709	17.800	18.951	0	45.460
d/q 24. Juros	364.770	0	0	364.770	31.640	3.302	-24.660	375.052
31. Investimento líquido	-171	0	0	-171	11.411	6.946	0	18.186
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-331.421	0	0	-331.421	-19.220	34.992	0	-315.648
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-76.429	0	0	-76.429	5.007	24.861	0	-46.561
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	9.401	0	0	9.401	29.134	25.575	0	64.110
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-322.883	0	0	-322.883	9.992	60.888	0	-252.003
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-331.592	0	0	-331.592	-7.808	41.938	0	-297.463

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2025 e 2026

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2025.II	2026.II	Diferença	Var. %
1. Receita	1.224.387	1.376.335	151.948	12,41%
d/q 1411. Juros	83.464	105.964	22.500	26,96%
2M. Despesa (2+31)	1.506.287	1.691.983	185.697	12,33%
2. Gasto	1.503.830	1.673.798	169.968	11,30%
d/q 23. Consumo de capital fixo	47.348	45.460	-1.888	-3,99%
d/q 24. Juros	299.573	375.052	75.479	25,20%
31. Investimento líquido	2.457	18.186	15.729	640,22%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-281.899	-315.648	-33.749	11,97%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) -(2M-24))	-65.790	-46.561	19.230	-29,23%

Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2026

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolidação	Governo Cen- tral consoli- dado				
1. Receita	27,33%	0,00%	0,00%	27,33%	13,06%	11,59%	-11,81%	40,18%
d/q 1411. Juros	3,20%	0,00%	0,00%	3,20%	0,22%	0,39%	-0,72%	3,09%
2M. Despesa (2+31)	37,00%	0,00%	0,00%	37,00%	13,62%	10,57%	-11,81%	49,39%
2. Gasto	37,01%	0,00%	0,00%	37,01%	13,29%	10,37%	-11,81%	48,86%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,25%	0,00%	0,00%	0,25%	0,52%	0,55%	0,00%	1,33%
d/q 24. Juros	10,65%	0,00%	0,00%	10,65%	0,92%	0,10%	-0,72%	10,95%
31. Investimento líquido	-0,01%	0,00%	0,00%	-0,01%	0,33%	0,20%	0,00%	0,53%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1- 2M)	-9,67%	0,00%	0,00%	-9,67%	-0,56%	1,02%	0,00%	-9,21%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-2,23%	0,00%	0,00%	-2,23%	0,15%	0,73%	0,00%	-1,36%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)	0,27%	0,00%	0,00%	0,27%	0,85%	0,75%	0,00%	1,87%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-9,43%	0,00%	0,00%	-9,43%	0,29%	1,78%	0,00%	-7,36%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-9,68%	0,00%	0,00%	-9,68%	-0,23%	1,22%	0,00%	-8,68%

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 1. Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2025 e 2026
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB

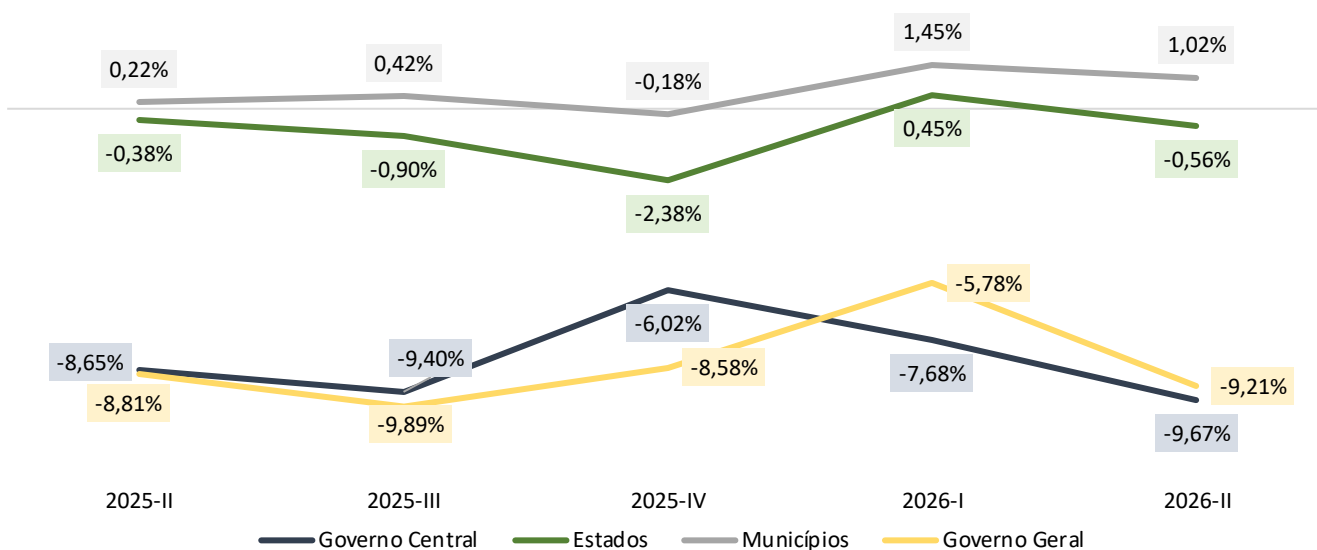
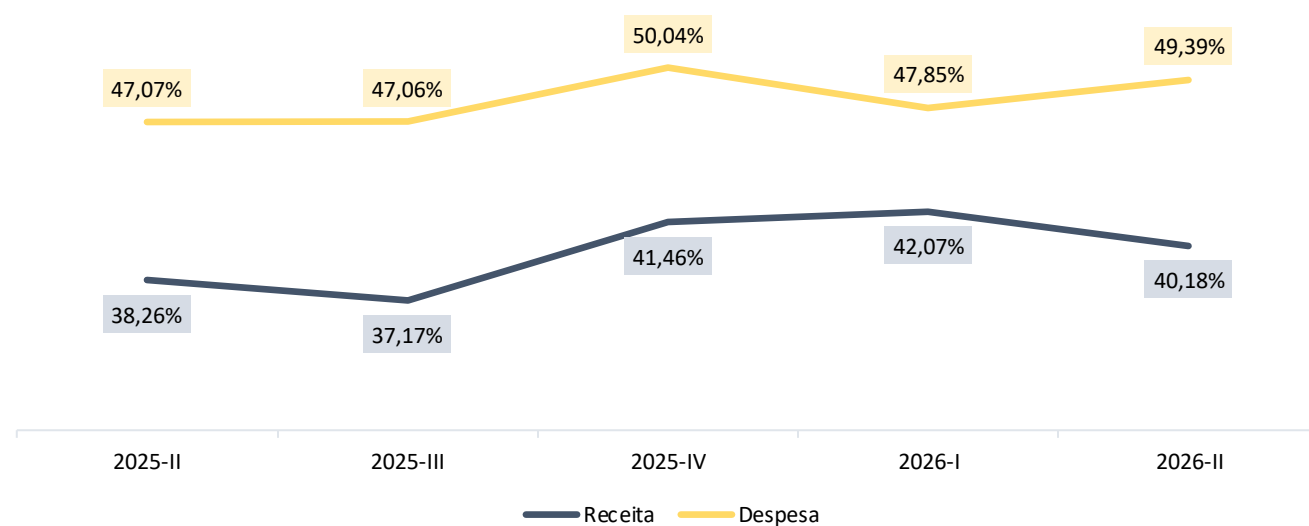


Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2025 e 2026
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB



1.1. Receita do Governo Geral

A receita total do governo geral atingiu 40,18% do PIB no 2º trimestre de 2026, o que representa um aumento de 1,92 p.p. do PIB em relação aos 38,26% do PIB registrados no 2º Trimestre de 2025. Esse resultado reflete, principalmente, o aumento da arrecadação dos impostos (1,09 p.p. do PIB), das outras receitas (0,65 p.p. do PIB) e das contribuições sociais (0,19 p.p. do PIB).

Os impostos apresentaram um crescimento de 1,09 p.p. do PIB, alcançando 25,77% do PIB. Esse desempenho foi explicado principalmente pelo aumento dos impostos sobre bens e serviços (0,64 p.p. do PIB), dos impostos sobre o comércio e transações internacionais (0,25 p.p. do PIB) e dos impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital (0,21 p.p. do PIB).

Entre os impostos sobre bens e serviços, destaca-se o aumento da COFINS (0,26 p.p. do PIB) influenciado, principalmente, pelo crescimento dos volumes de vendas e de serviços, da recuperação da arrecadação de setores anteriormente beneficiados pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e pelo desempenho favorável dos segmentos automotivo, de eletricidade e gás, dos serviços financeiros e do Simples Nacional. Também contribuíram para o resultado os aumentos da arrecadação do IPI (0,12 p.p. do PIB), do ICMS (0,09 p.p. do PIB) e do IOF (0,09 p.p. do PIB).

Nos impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital, o principal destaque foi o aumento da arrecadação do IRPJ (0,20 p.p. do PIB) e da CSLL (0,14 p.p. do PIB), impulsionado principalmente por recolhimentos atípicos realizados por empresas ao longo do trimestre. Em sentido oposto, o IRPF apresentou redução de 0,29 p.p. do PIB, em função do maior volume de restituições do imposto de renda no período.

Adicionalmente, os impostos sobre o comércio e transações internacionais registraram crescimento de 0,25 p.p. do PIB, refletindo o aumento da arrecadação do Imposto de Importação (0,11 p.p. do PIB) e, principalmente, do Imposto de Exportação (0,14 p.p. do PIB). No caso das importações, o resultado foi favorecido pela expansão do volume importado e pela elevação da alíquota média efetiva do tributo. Já o aumento da arrecadação do Imposto de Exportação refletiu a instituição de tributação temporária sobre as exportações de óleo bruto pela MP nº 1.340/2026.

No agregado de outras receitas, o acréscimo observado é explicado sobretudo pelo comportamento das rendas patrimoniais que apresentou aumento de 0,53 p.p. do PIB. Nesse grupo, destaca-se o aumento na receita de juros (0,49 p.p. do PIB) ocasionado, em grande medida, pelo nível mais elevado da taxa básica de juros SELIC no período ampliando a remuneração dos ativos financeiros do governo geral. Também contribuíram para o resultado as receitas de concessões, que aumentaram 0,38 p.p. do PIB, impulsionadas principalmente pelo aumento dos ingressos provenientes da exploração de petróleo e gás natural,

especialmente daqueles vinculados aos regimes de concessão e partilha de produção. Em sentido oposto, as receitas de dividendos apresentaram redução de 0,34 p.p. do PIB, atenuando parcialmente o aumento das rendas patrimoniais. Esse resultado refletiu a redução dos dividendos distribuídos por instituições financeiras controladas pelo governo central em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por sua vez, as contribuições sociais registraram aumento de 0,19 p.p. do PIB, alcançando 7,28% do PIB. Esse desempenho foi explicado principalmente pela elevação das contribuições à seguridade social (0,21 p.p. do PIB), especialmente das contribuições de empregadores (0,21 p.p. do PIB). O resultado refletiu o crescimento da massa salarial formal e a geração líquida de empregos no período, com destaque para o setor de serviços, bem como o aumento da arrecadação previdenciária do Simples Nacional. Adicionalmente, contribuíram para o desempenho os efeitos da reoneração escalonada da contribuição patronal dos municípios e da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 14.973/2024.

Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2026

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	936.191	0	0	936.191	447.482	397.084	-404.422	1.376.335
11. Impostos	543.750	0	0	543.750	264.264	74.782	0	882.795
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	315.201	0	0	315.201	0	0	0	315.201
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	9.917	0	0	9.917	0	0	0	9.917
113. Impostos sobre a propriedade	106	0	0	106	26.829	26.726	0	53.660
114. Impostos sobre bens e serviços	185.554	0	0	185.554	237.435	48.056	0	471.046
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	32.971	0	0	32.971	0	0	0	32.971
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	199.678	0	0	199.678	31.678	18.152	0	249.508
13. Transferências / Doações	244	0	0	244	107.740	271.798	-379.762	21
14. Outras receitas	192.519	0	0	192.519	43.801	32.352	-24.660	244.011
1411. Juros	109.779	0	0	109.779	7.413	13.433	-24.660	105.964
14x. Demais	82.741	0	0	82.741	36.387	18.919	0	138.047

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2025 e 2026

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2025.II	2026.II	Diferença	Var. %
1. Receita	1.224.387	1.376.335	151.948	12,41%
11. Impostos	789.976	882.795	92.819	11,75%
12. Contribuições sociais	227.164	249.508	22.344	9,84%
13. Transferências / Doações	18	21	3	15,20%
14. Outras receitas	207.229	244.011	36.782	17,75%

Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2025 e 2026

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

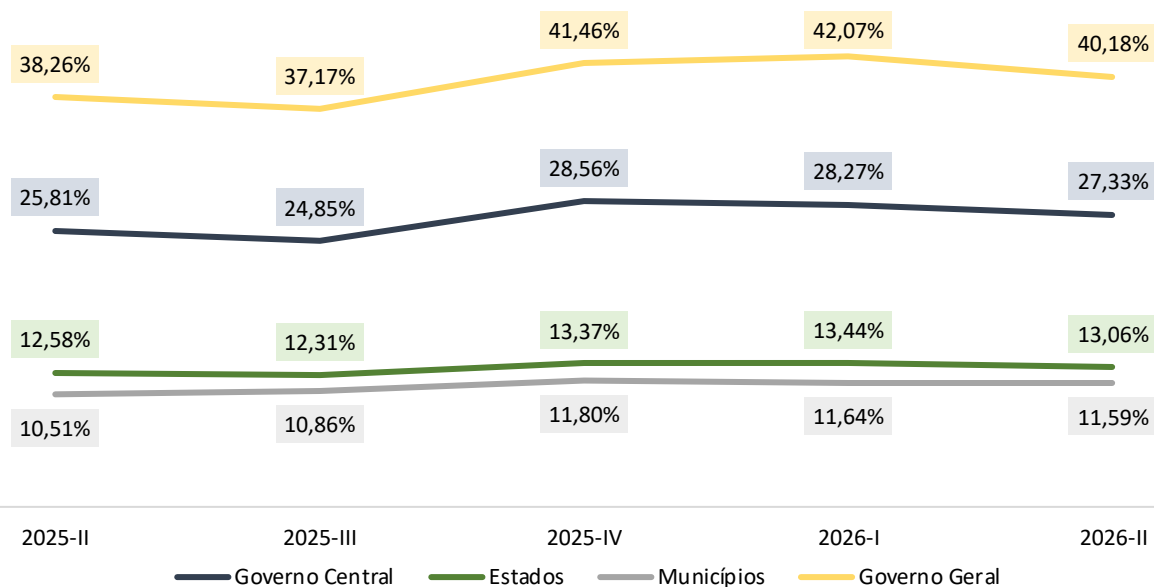
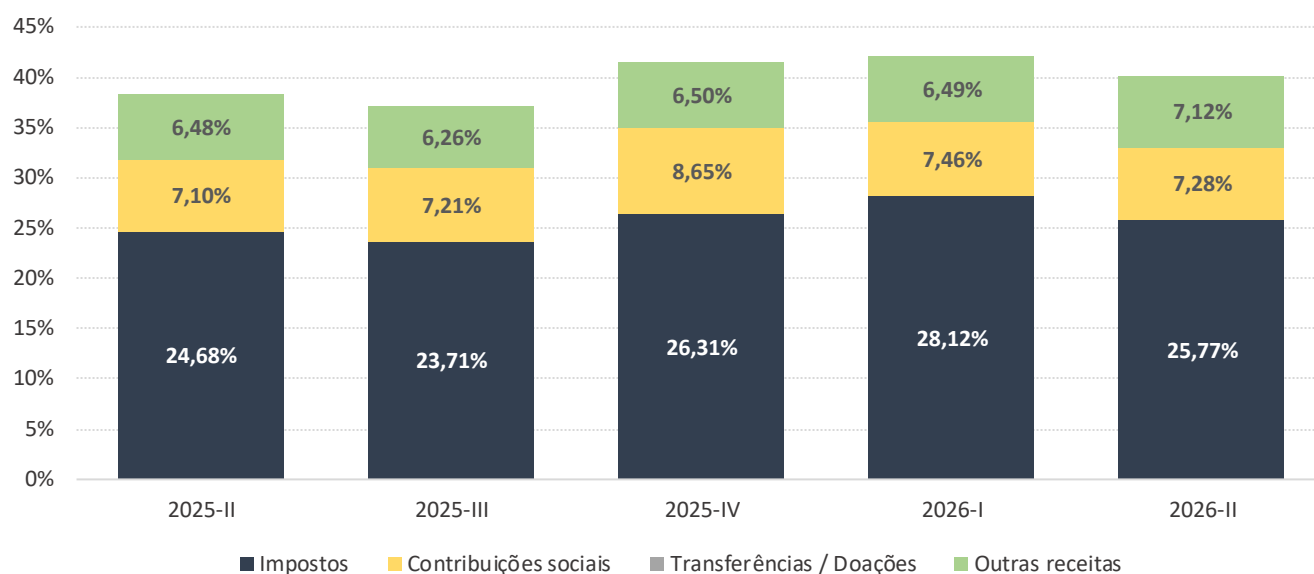


Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2025 e 2026

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1.2. Despesa do Governo Geral

A despesa total do governo geral, que considera os gastos e o investimento líquido, alcançou 49,39% do PIB no 2º trimestre de 2026, o que representa uma expansão de 2,32 p.p. do PIB em relação aos 47,07% do PIB registrados no mesmo período de 2025. Esse resultado foi impulsionado pelo aumento nos gastos, que evoluíram de 46,99% do PIB para 48,86% do PIB no período analisado. Adicionalmente, registrou-se uma elevação no investimento líquido, que passou de 0,08% do PIB no 2º Trimestre de 2025 para 0,53% do PIB no mesmo período de 2026.

No que se refere aos gastos, destaque para os juros, que passaram de 9,36% do PIB no 2º trimestre de 2025 para 10,95% do PIB no 2º trimestre de 2026. Esse acréscimo de 1,59 p.p. do PIB reflete o custo de carregamento da dívida pública em um contexto de manutenção da taxa básica de juros SELIC em patamar elevado ao longo do período.

Os benefícios previdenciários e assistenciais mantiveram-se praticamente estáveis, passando de 17,32% para 17,34% do PIB entre o 2º trimestre de 2025 e 2026. O aumento dos benefícios de seguridade social (0,17 p.p. do PIB), especialmente das aposentadorias e pensões do RGPS, refletiu a ampliação da base de beneficiários e os reajustes dos benefícios previdenciários, com destaque para aqueles vinculados à política de valorização real do salário-mínimo. Esse movimento foi quase integralmente compensado pela redução dos benefícios de assistência social (-0,15 p.p. do PIB) no período.

Os gastos com uso de bens e serviços registraram acréscimo de 0,31 p.p. do PIB no 2º trimestre de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025, refletindo o aumento das despesas associadas à manutenção e ao funcionamento da administração pública.

Os gastos com remuneração de empregados registraram aumento de 0,10 p.p. do PIB, explicado pelo crescimento dos salários e vencimentos, especialmente do pessoal civil (0,06 p.p. do PIB), refletindo reajustes remuneratórios e a recomposição de quadros funcionais. As contribuições sociais efetivas associadas à remuneração também apresentaram elevação, com destaque para o aumento nas contribuições previdenciárias ao INSS.

Quanto aos investimentos, o investimento bruto do governo geral aumentou 0,30 p.p. do PIB entre o 2º trimestre de 2025 e o 2º trimestre de 2026. O investimento líquido cresceu em maior magnitude, 0,45 p.p. do PIB, passando de 0,08% para 0,53% do PIB, o que reflete, além da expansão do investimento bruto, a redução do consumo de capital fixo de 1,48% para 1,33% do PIB.

A análise da composição do investimento líquido em ativos não financeiros evidenciou forte predominância dos ativos fixos na formação de capital do governo geral, registrando aumento de 0,46 p.p. do PIB no 2º trimestre de 2026. Em grande parte, esse movimento foi influenciado pela variação positiva em edifícios e estruturas, que apresentou acréscimo de 0,33 p.p. do PIB entre o 2º trimestre de 2025 e o 2º trimestre de 2026, o que reflete uma maior execução de despesas destinadas a obras públicas e projetos de infraestrutura ao longo do período.

No que tange à desagregação por esfera de governo, observa-se que o investimento líquido de 0,53% do PIB do governo geral foi composto por resultados distintos entre os entes federativos. Os governos estaduais e municipais registraram investimentos líquidos equivalentes a 0,33% e 0,20% do PIB, respectivamente. Em contraste, o governo central apresentou um resultado de -0,01% do PIB, indicando que o consumo de capital fixo superou ligeiramente o investimento bruto no período analisado.

Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2026

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	1.267.612	0	0	1.267.612	466.702	362.091	-404.422	1.691.983
2. Gasto	1.267.783	0	0	1.267.783	455.291	355.146	-404.422	1.673.798
21. Remuneração de empregados	69.633	0	0	69.633	144.779	153.466	0	367.879
22. Uso de bens e serviços	23.110	0	0	23.110	62.812	113.481	0	199.403
23. Consumo de capital fixo	8.709	0	0	8.709	17.800	18.951	0	45.460
24. Juros	364.770	0	0	364.770	31.640	3.302	-24.660	375.052
25. Subsídios	8.434	0	0	8.434	947	4.377	0	13.758
26. Transferências / Doações	289.896	0	0	289.896	88.578	2.043	-379.762	755
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	488.267	0	0	488.267	78.573	27.021	0	593.861
28. Outros gastos	14.963	0	0	14.963	30.161	32.504	0	77.629
31. Investimento líquido²	-171	0	0	-171	11.411	6.946	0	18.186
311 Ativos fixos	692	0	0	692	11.334	6.625	0	18.650
312 Estoques	65	0	0	65	78	322	0	465
313 Objetos de valor	3	0	0	3	0	0	0	3
314 Ativos não produzidos	-930	0	0	-930	0	-1	0	-931
Itens de memorando								
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	9.638	0	0	9.638	29.366	26.335	0	65.339
31.2. Venda de ativos não financeiros	1.101	0	0	1.101	154	439	0	1.694
31.3. Consumo de capital fixo	8.709	0	0	8.709	17.800	18.951	0	45.460

(1) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

(2) Investimento líquido em ativos não financeiros corresponde à aquisição menos a venda de ativos não financeiros menos o consumo de capital fixo.

Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 2º Trimestre de 2025 e 2026

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2025.II	2026.II	Diferença	Var. %
2M. Despesa (2+31)	1.506.287	1.691.983	185.697	12,33%
2. Gasto	1.503.830	1.673.798	169.968	11,30%
21. Remuneração de empregados	340.515	367.879	27.364	8,04%
22. Uso de bens e serviços	176.445	199.403	22.958	13,01%
23. Consumo de capital fixo	47.348	45.460	-1.888	-3,99%
24. Juros	299.573	375.052	75.479	25,20%
25. Subsídios	9.867	13.758	3.891	39,43%
26. Transferências / Doações	1.331	755	-576	-43,27%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	554.371	593.861	39.490	7,12%
28. Outros gastos	74.379	77.629	3.250	4,37%
31. Investimento líquido	2.457	18.186	15.729	640,22%
311 Ativos fixos	2.805	18.650	15.845	564,98%
312 Estoques	481	465	-17	-3,47%
313 Objetos de valor	4	3	-2	-36,89%
314 Ativos não produzidos	-833	-931	-98	11,78%

Gráfico 5. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2025 e 2026

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

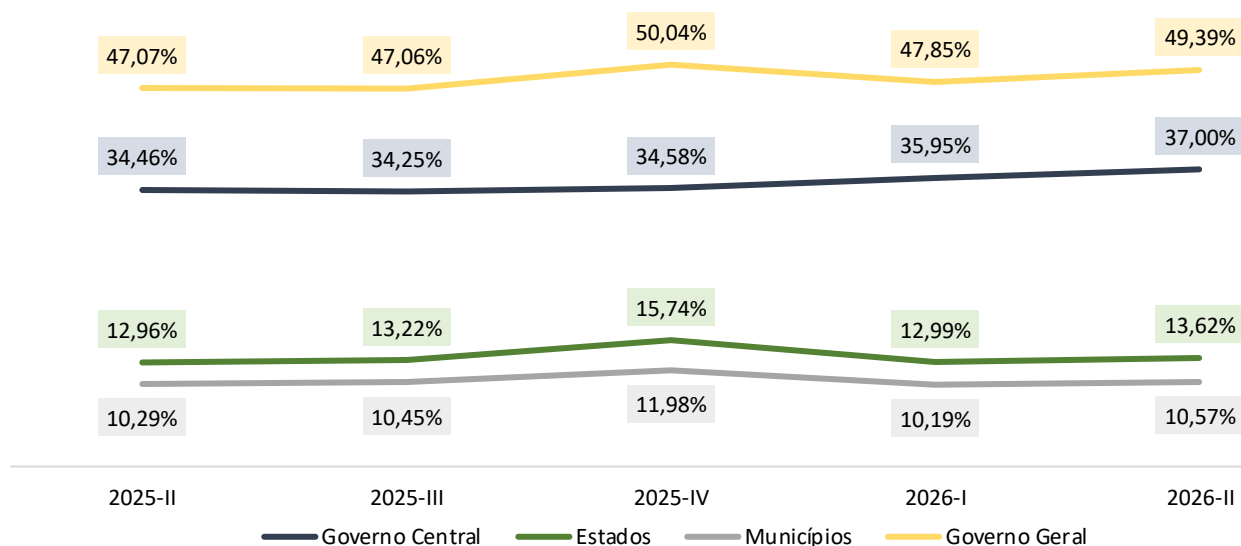


Gráfico 6. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2025 e 2026
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB

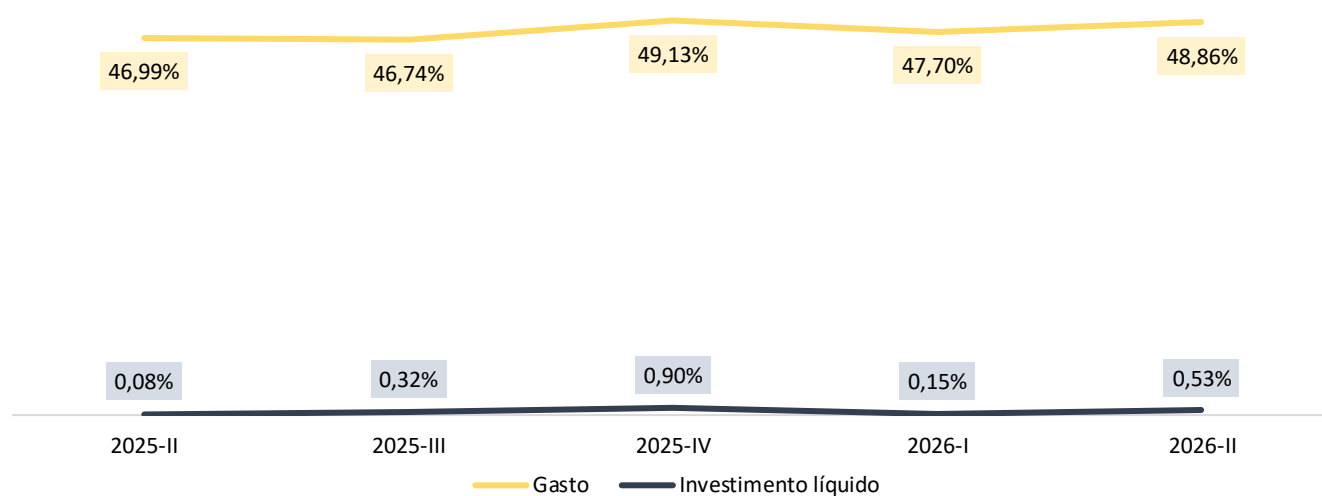
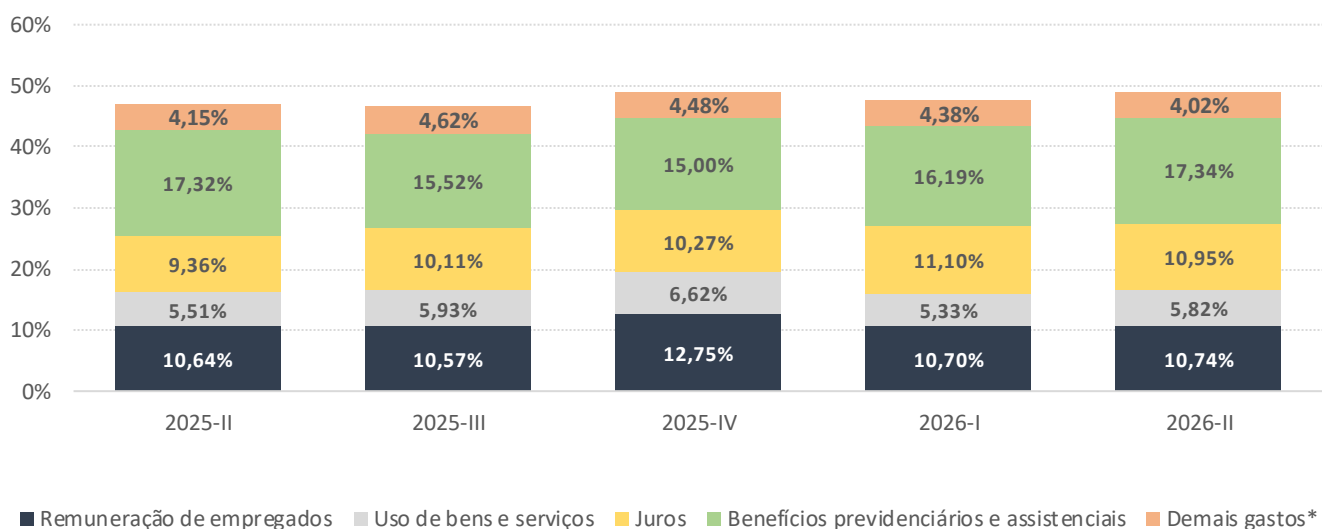


Gráfico 7. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2025 e 2026
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB



* Inclui os gastos de consumo de capital fixo, subsídios, transferências e outros gastos.

Gráfico 8. Evolução do investimento em ativos não financeiros do Governo Geral - Brasil – 2025 e 2026

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

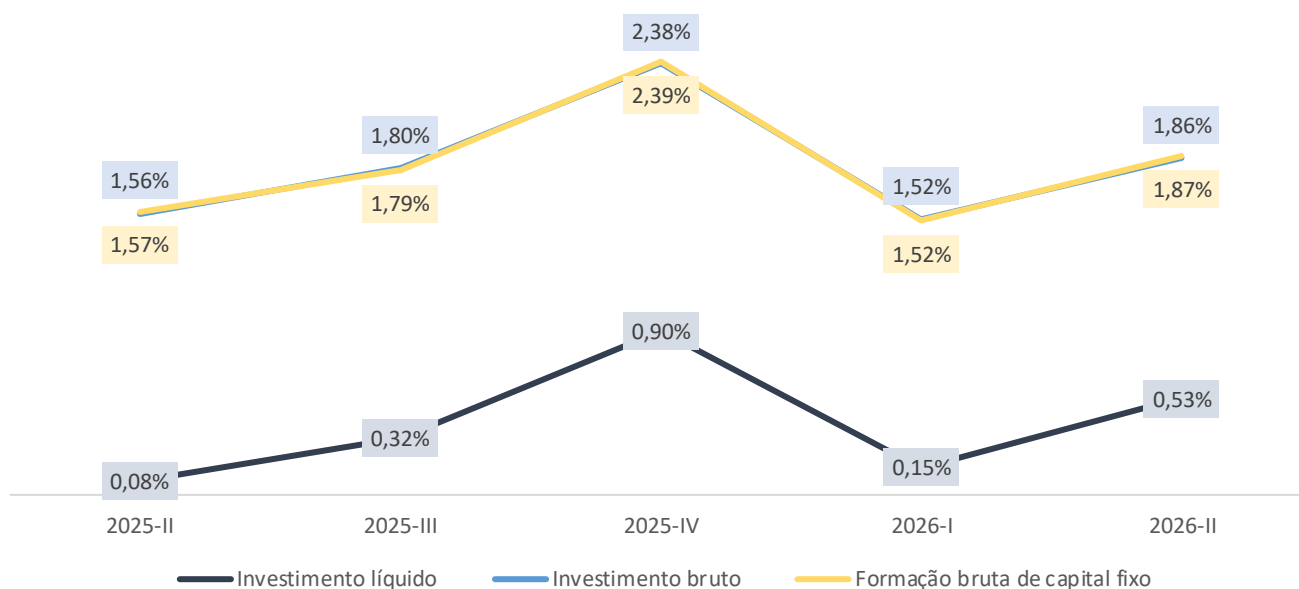


Gráfico 9. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2025 e 2026

Dados em: % PIB

Fonte: STN e IBGE

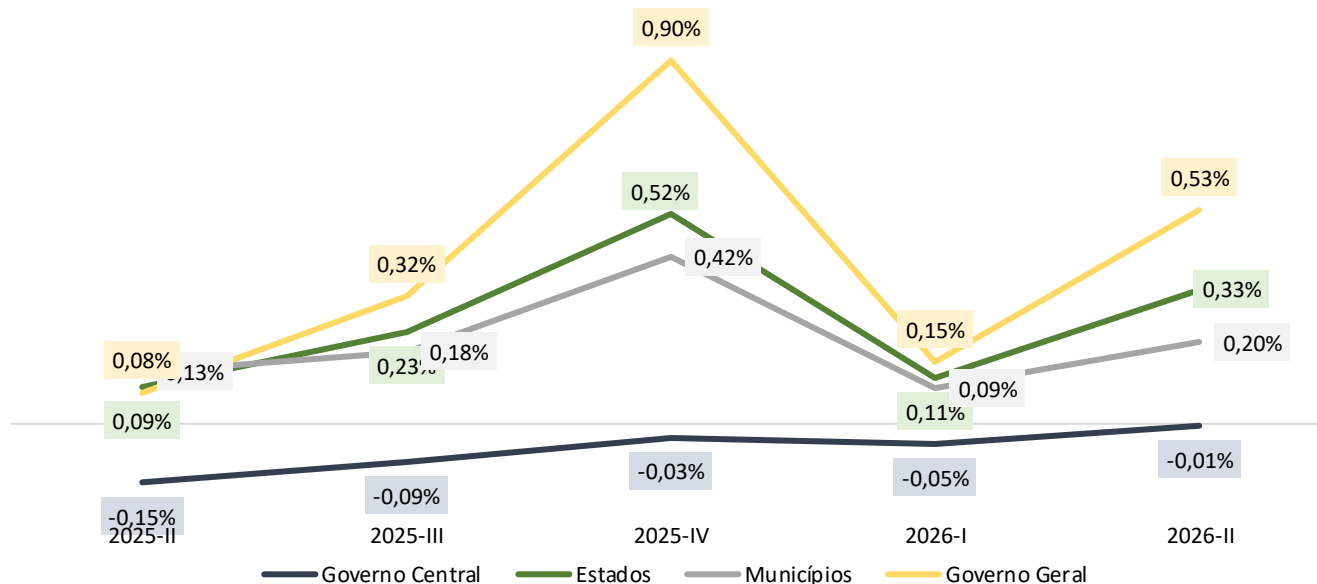


Gráfico 10. Composição do investimento líquido em ativos não financeiros do Governo Geral - Brasil - 2025 e 2026
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN e IBGE

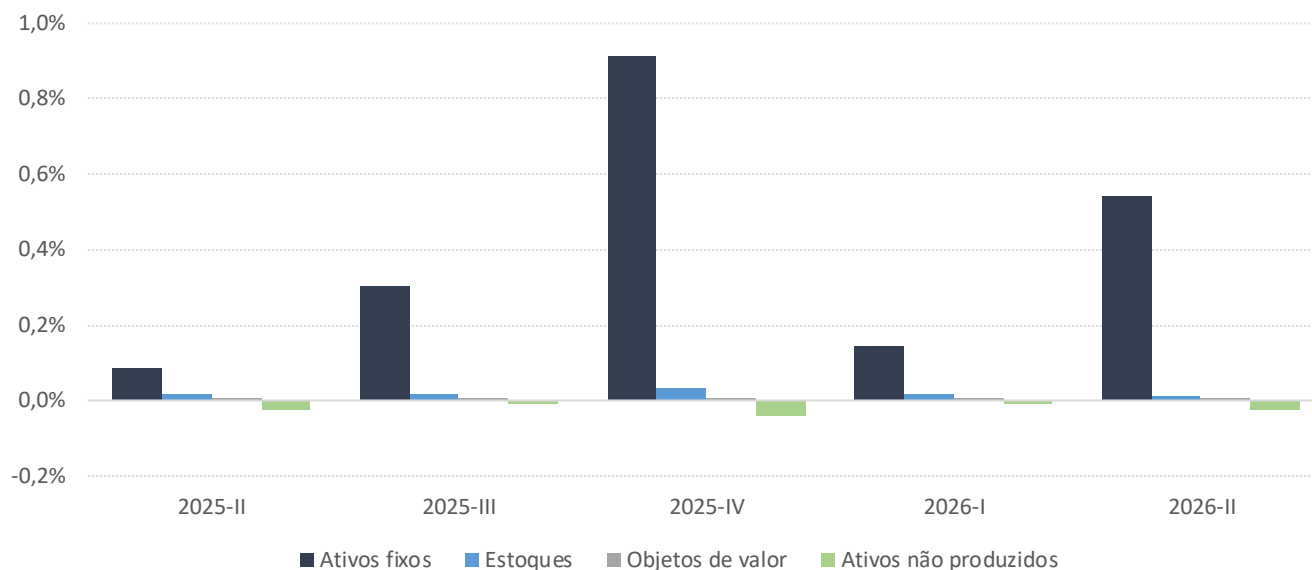
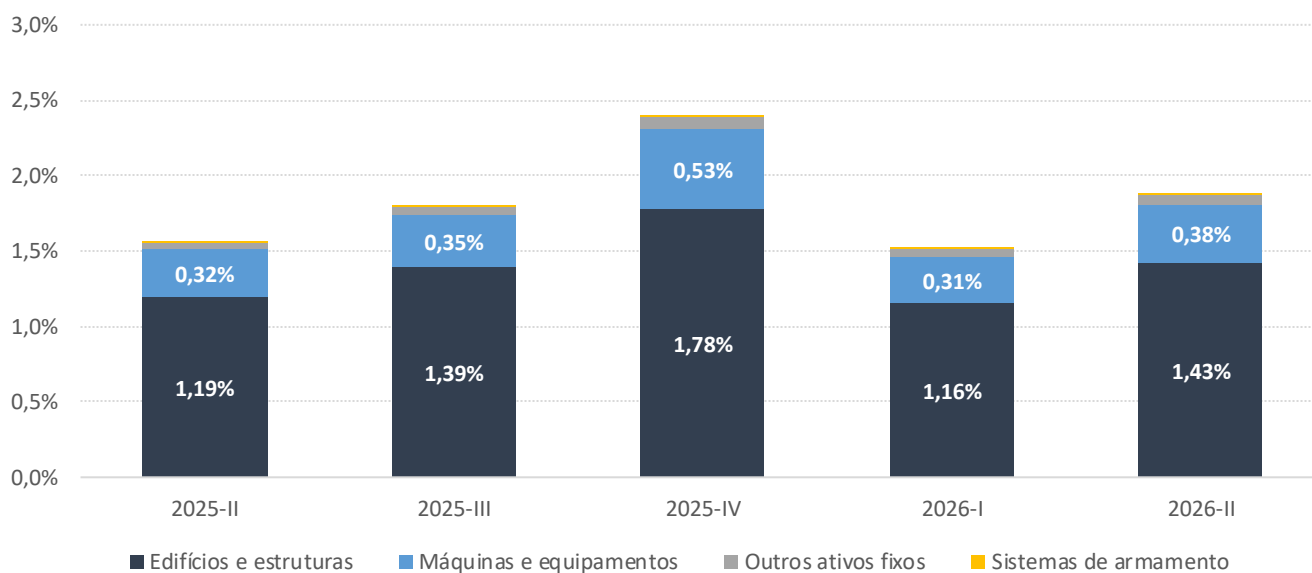


Gráfico 11. Composição da formação bruta em ativos fixos - Brasil - 2025 e 2026
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN e IBGE



2. Notas Metodológicas

Apresentação

Este boletim apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, governos estaduais e municipais) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, gastos e investimento líquido em ativos não financeiros.

As Estatísticas de Finanças Públicas - EFPs são um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual. Esta é uma publicação conjunta do Tesouro Nacional e do IBGE que garante a consistência entre os sistemas de contas nacionais e de Estatísticas de Finanças Públicas.

Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo Central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras.

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos estaduais compreende os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta (autarquias, fundações, fundos especiais, empresas estatais dependentes), de todos os poderes públicos, das unidades administrativas de 26 estados e do Distrito Federal.

No caso dos governos municipais, compreende as unidades administrativas dos 5.570 municípios. O processo de coleta de dados corresponde a aproximadamente 90% da cobertura total. Desta forma, práticas estatísticas são aplicadas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios.

Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Para a obtenção de dados dos estados e do Distrito Federal a fonte primária é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Este banco de dados compila informações contábeis e orçamentárias de todas as unidades da federação, sendo que no presente trabalho foram extraídas, em especial, informações sobre receitas e despesas orçamentárias, bem como dados sobre a execução de restos a pagar, além das respectivas contas patrimoniais.

A partir de 2019, a fonte primária dos dados utilizados para os governos estaduais é a Matriz de Saldo Contábeis (MSC), que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

No caso dos municípios, a fonte primária para obtenção de dados também é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Siconfi. Apesar da exigência legal, uma proporção inferior a 10% dos municípios não cumpre com o processo de envio de dados. Desta forma são aplicadas técnicas estatísticas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios. Tal metodologia utiliza dados de outras fontes, tais como portais

de transparência e outras plataformas de governo. A partir de 2022, assim como ocorreu para os governos estaduais, a fonte primária dos dados utilizados para os governos municipais é a MSC.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação. No que se refere às informações de juros do governo central, destaca-se que, até 2019, elas incluem os juros nominais das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central, conforme equalização das perdas/ganhos prevista na Lei nº 11.803/2008. A partir de 2020, conforme Lei nº 13.820/2019, o resultado dessas operações não afeta os juros nominais do governo central.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral são calculados e fornecidos pelo IBGE e adotados pela STN.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. A razão para esta escolha é que o registro das receitas pelo critério de competência possui considerável grau de incerteza em relação a sua efetiva arrecadação, além de requerer estimativas da base de cálculo dos tributos a partir de variáveis macroeconômicas. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes, somado aos restos a pagar não processados liquidados. Cabe destacar ainda que, no início da série histórica, na indisponibilidade desta última informação, às despesas liquidadas dos governos estaduais e municipais foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, de modo a se criar uma *proxy* do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa, no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este é um demonstrativo adicional cujo objetivo principal, ao

contrário dos demais demonstrativos, não é avaliar a sustentabilidade fiscal do governo, mas sua liquidez, além de medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de governo geral, deve ser realizada, primeiramente, a consolidação dos dados de governo central, estados e municípios, de modo a gerar dados de governo geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM 2014, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos gasto. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como gasto.

c) Capacidade / Necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros, obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Operações de Caixa

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário, reflete a disponibilidade de caixa do governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros, obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis nas tabelas presentes no portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017, foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores

das despesas do FCDF passaram a ser registrados no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018, foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, promoveu-se a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o governo central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014, parágrafo 5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Anteriormente essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Siconfi. A alteração de 2019 mudou o tratamento para toda a série histórica.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação, foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal, os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios, os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020, foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior, o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do GFSM 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a ser entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014, que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. A metodologia é explicada no item “3.3.3 Consolidação”. Maiores informações estão disponíveis na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral* disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Em 2024, foram realizados três aperfeiçoamentos metodológicos¹. O primeiro deles foi a alteração do tratamento estatístico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Remanescente do PIS-PASEP, com a mudança de setorização para o setor corporações públicas financeiras e, consequentemente, a exclusão de seus fluxos das estatísticas fiscais do governo geral. Além disso, houve a revisão do tratamento da contribuição social imputada, rubrica da despesa que reflete o aumento das obrigações previdenciárias do governo frente a seus trabalhadores. Essa rubrica corresponde à parcela do aumento do passivo atuarial no período que não é coberta pelas contribuições sociais efetivas ou explicada por outros fluxos econômicos. Em virtude da atual dificuldade de registro do passivo previdenciário nas estatísticas fiscais, a partir desta publicação, optou-se por não registrar as contribuições sociais imputadas dos empregadores, tendo em vista que a forma atual de registro não reflete o cálculo atuarial dos direitos pensionários.

O terceiro aperfeiçoamento foi a introdução de novas tabelas de apresentação das estatísticas de finanças públicas em arquivos separados por esferas: Demonstrativos GG (governo geral), Demonstrativos GCO (governo central orçamentário), Demonstrativos GE (governos estaduais) e Demonstrativos GM (governos municipais). Essa alteração foi acompanhada da ampliação das aberturas dos dados trimestrais para os governos estaduais e municipais. Todas essas mudanças foram implementadas para toda a série histórica, garantindo a consistência intertemporal das informações.

Estes aperfeiçoamentos metodológicos estão detalhados na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral*, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

¹ Para maiores informações acesse a *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral*, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral> .

A apuração das estatísticas fiscais municipais foi aprimorada a partir de 2025. A automatização da rotina de compilação possibilitou avanços operacionais e metodológicos que conferem maior rastreabilidade dos dados e resultados mais consistentes e precisos. Em especial, foram implementadas melhorias na metodologia de imputação de dados faltantes que resultam em estimativas mais precisas dos agregados fiscais.

As lacunas na MSC dos municípios passam a ser preenchidas com base nas declarações do RREO sempre que essa fonte alternativa estiver disponível, e não apenas para os entes que não haviam divulgado a MSC em nenhum mês do ano, como ocorria anteriormente. Dessa forma, a imputação com base em estimativas é realizada de forma pontual, restrita aos municípios e meses em que não há dados publicados em nenhuma das duas fontes oficiais (MSC e RREO).

A metodologia da estimativa também foi aprimorada, e passa a ser construída a partir da tendência observada na MSC de municípios semelhantes, em termos de população e PIB per capita. Anteriormente, ela se baseava nas receitas e despesas per capita do RREO de municípios que não haviam declarado a MSC em nenhum mês do ano.

Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com as estatísticas fiscais divulgadas mensalmente no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Por sua vez, as estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida no GFSM 2014. Entre as principais diferenças conceituais, ressaltam-se a preocupação do GFSM 2014 em criar métricas mais adequadas para a avaliação da sustentabilidade fiscal de longo prazo em contraposição ao foco na gestão de liquidez de curto prazo que prevalece no GFSM 1986, com destaque para a incorporação de fluxos econômicos que não estão presentes no manual anterior, como o consumo de capital fixo; além de sua harmonização com as estatísticas de governo do Sistema de Contas Nacionais (SCN 2008), utilizadas para o cálculo do PIB (Produto Interno Bruto).

Para maiores informações sobre essas diferenças, acesse a *Nota Metodológica - Comparativo entre as Estatísticas do Resultado do Tesouro Nacional – RTN e as Estatísticas Fiscais elaboradas de acordo com a metodologia do GFSM 2014*, disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Da mesma forma, as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados.

Fontes externas e publicações relacionadas

Estatísticas Fiscais do Governo Geral:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Manual de Estatísticas Fiscais:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

Government Finance Statistics Manual 2014:

<https://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>